



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

RESOLUÇÃO CPJ n. 27/2025

Dispõe sobre a atuação da Corregedoria-Geral, da Escola Superior do Ministério Público e do Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas – CAOP, para orientação aos membros e servidores quanto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, ao CONSIDERAR:

I – o disposto no § 3º, inciso VI, do art. 227, da Constituição Federal que define que o direito à proteção especial abrangerá o estímulo do Poder Público ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

II – o disposto no art. 34, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) que estabelece que “a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida”;

III – a Recomendação Conjunta n. 2/2024, do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério da Previdência Social, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Planejamento e Orçamento, Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV – a recomendação CNMP n. 82/2021, que dispõe sobre o aprimoramento da atuação do Ministério Público por intermédio do acompanhamento do cofinanciamento federal aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e à promoção do fortalecimento do serviço de acolhimento familiar;

V – a necessidade de promover a adequada compreensão e atuação institucional sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, em observância ao

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao princípio constitucional da proteção integral;

VI – a função institucional do Ministério Público de promover a defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, notadamente quanto à atuação ministerial que vise à ampliação dos serviços de acolhimento familiar nos municípios brasileiros, nos termos do §1º do art. 34 da Lei n. 8.069/1990.

RESOLVE:

Art. 1º A Corregedoria-Geral, a Escola Superior do Ministério Público e o Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional e do Ministério Público do Estado de Alagoas deverão – CAOP, deverão, de forma articulada, estabelecer diretrizes, orientações técnicas e promover ações voltadas à capacitação contínua de membros e servidores do MPAL quanto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 2º As ações previstas no artigo anterior deverão observar os parâmetros e objetivos estabelecidos na Recomendação CNMP n. 82/2021, com a finalidade de:

I – incentivar a atuação prioritária do Ministério Público na fiscalização, acompanhamento e promoção do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora nos municípios do Estado de Alagoas;

II – sensibilizar membros e servidores sobre a importância do acolhimento familiar como medida preferencial ao acolhimento institucional;

III – subsidiar a atuação dos órgãos de execução com orientações práticas e teóricas sobre o funcionamento e a regulamentação do serviço;

IV – promover estudos, reuniões, seminários e eventos de capacitação específicos sobre o tema.

Art. 3º A Corregedoria-Geral, no exercício de suas funções correicionais e de orientação funcional, poderá recomendar boas práticas e sugerir providências aos membros sobre a atuação relacionada ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, com base nas diretrizes estabelecidas por esta Resolução.

Art. 4º A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas – ESMP realizará cursos de aperfeiçoamento funcional para os membros e servidores que atuem nas áreas da família, infância e juventude, a fim de capacitar os membros e servidores do

9



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Ministério Público no tocante ao cumprimento dos objetivos previstos no art. 1º da Recomendação CNMP n. 82/2021.

Art. 5º O Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do CAOP deverá elaborar e divulgar materiais orientadores e promover o intercâmbio de experiências e informações com outras unidades do Ministério Público brasileiro, visando ao fortalecimento da atuação institucional.

Parágrafo único. O referido Núcleo deverá encaminhar aos membros e servidores do Ministério Público, com atribuição na área da Infância e Juventude, material informativo sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, inclusive cópia da Recomendação CNMP N. 82/2021, e os orientem a aprimorar seus conhecimentos quanto ao serviço de acolhimento em família acolhedora, nos termos do art. 3º, inciso III, da Recomendação Conjunta n. 2/2024, que dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 9 de outubro de 2025.


Leão Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça



votação, o colegiado, por unanimidade, aprovou a proposta de Resolução apresentada. Na sequência, o Presidente deu por encerrada a pauta. Não havendo comunicações, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça *ad hoc*, Edelzito Santos Andrade, Promotor de Justiça, _____, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Resoluções

RESOLUÇÃO CPJ n. 27/2025

Dispõe sobre a atuação da Corregedoria-Geral, da Escola Superior do Ministério Público e do Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas – CAOP, para orientação aos membros e servidores quanto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, ao CONSIDERAR:

- I – o disposto no § 3º, inciso VI, do art. 227, da Constituição Federal que define que o direito à proteção especial abrangerá o estímulo do Poder Público ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;
- II – o disposto no art. 34, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) que estabelece que “a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida”;
- III – a Recomendação Conjunta n. 2/2024, do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério da Previdência Social, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Planejamento e Orçamento, Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- IV – a recomendação CNMP n. 82/2021, que dispõe sobre o aprimoramento da atuação do Ministério Público por intermédio do acompanhamento do cofinanciamento federal aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e à promoção do fortalecimento do serviço de acolhimento familiar;
- V – a necessidade de promover a adequada compreensão e atuação institucional sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, em observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao princípio constitucional da proteção integral;
- VI – a função institucional do Ministério Público de promover a defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, notadamente quanto à atuação ministerial que vise à ampliação dos serviços de acolhimento familiar nos municípios brasileiros, nos termos do §1º do art. 34 da Lei n. 8.069/1990.

RESOLVE:

Art. 1º A Corregedoria-Geral, a Escola Superior do Ministério Público e o Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional e do Ministério Público do Estado de Alagoas deverão – CAOP, deverão, de forma articulada, estabelecer diretrizes, orientações técnicas e promover ações voltadas à capacitação contínua de membros e servidores do MPAL quanto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 2º As ações previstas no artigo anterior deverão observar os parâmetros e objetivos estabelecidos na Recomendação CNMP n. 82/2021, com a finalidade de:

- I – incentivar a atuação prioritária do Ministério Público na fiscalização, acompanhamento e promoção do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora nos municípios do Estado de Alagoas;
- II – sensibilizar membros e servidores sobre a importância do acolhimento familiar como medida preferencial ao acolhimento institucional;
- III – subsidiar a atuação dos órgãos de execução com orientações práticas e teóricas sobre o funcionamento e a regulamentação do serviço;
- IV – promover estudos, reuniões, seminários e eventos de capacitação específicos sobre o tema.

Art. 3º A Corregedoria-Geral, no exercício de suas funções correicionais e de orientação funcional, poderá recomendar boas práticas e sugerir providências aos membros sobre a atuação relacionada ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, com base nas diretrizes estabelecidas por esta Resolução.



Art. 4º A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas – ESMP realizará cursos de aperfeiçoamento funcional para os membros e servidores que atuem nas áreas da família, infância e juventude, a fim de capacitar os membros e servidores do Ministério Público no tocante ao cumprimento dos objetivos previstos no art. 1º da Recomendação CNMP n. 82/2021.

Art. 5º O Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do CAOP deverá elaborar e divulgar materiais orientadores e promover o intercâmbio de experiências e informações com outras unidades do Ministério Público brasileiro, visando ao fortalecimento da atuação institucional.

Parágrafo único. O referido Núcleo deverá encaminhar aos membros e servidores do Ministério Público, com atribuição na área da Infância e Juventude, material informativo sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, inclusive cópia da Recomendação CNMP N. 82/2021, e os orientem a aprimorar seus conhecimentos quanto ao serviço de acolhimento em família acolhedora, nos termos do art. 3º, inciso III, da Recomendação Conjunta n. 2/2024, que dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 9 de outubro de 2025.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

RESOLUÇÃO CPJ n. 28/2025

Dispõe sobre a reestruturação do Núcleo de Inquéritos e de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal e Diligências – NIMP da Capital, criado pela Resolução CPJ nº 2/2011.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, ao considerar:

- I – a importância de buscar maior eficiência nas rotinas de apoio aos órgãos de execução, com o intuito de evitar retrabalho, padronizar e agilizar os serviços prestados pelo Ministério Público;
- II – a conveniência e oportunidade de fortalecer o Núcleo de Inquéritos e ampliar suas atribuições, com o imprescindível aprimoramento de sua estrutura atual;
- III – que são assegurados a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, conforme previsão constitucional;
- IV – que constituem valores estratégicos institucionais a resolutividade, efetividade e inovação, assim como são objetivos estratégicos institucionais o aprimoramento da efetividade da persecução penal, assegurando direitos e garantias a acusados e vítimas;
- V – que o acordo de não persecução penal visa aprimorar o sistema penal, imprimindo celeridade à resolução de conflitos e primando pela unidade e homogeneidade na atuação funcional;
- VI – que a concentração de atos procedimentais e a especialização de estruturas administrativas dedicadas ao apoio ao Promotor de Justiça natural propiciam ganhos de eficiência ao desempenho da atividade finalística do Ministério Público do Estado de Alagoas;
- VII – que o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Resolução nº 181/2017, em seu art. 18, § 1º, com a redação dada pela Resolução CNMP n. 289/2024, determina que a proposta de acordo de não persecução penal é ato privativo do Ministério Público, devendo sua negociação ser realizada nas dependências da Instituição.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DOS INQUÉRITOS POLICIAIS DA CAPITAL

Art. 1º Fica reestruturado o Núcleo de Inquéritos e de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal e Diligências – NIMP da Capital, unidade organizacional que tem por finalidade:

- I – receber e cadastrar inquéritos policiais para ulterior distribuição aos órgãos ministeriais, no âmbito de suas respectivas atribuições;
- II – prestar apoio às Promotorias de Justiça Criminais da Capital no controle dos prazos de tramitação dos inquéritos policiais;
- III – auxiliar na celebração e formalização de acordos de não persecução penal;
- IV – realizar diligências necessárias ao andamento e arquivamento dos inquéritos policiais.